

**RELATÓRIO DE
PRESTAÇÃO DE
CONTAS**

2021

**CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA DE
HIPSIMO**





Confederação Brasileira de Hipismo

Apresentação

Em atendimento ao disposto no Estatuto da CBH, artigo 42 inciso XIII, apresentamos o relatório de prestação de contas relativo ao ano de 2021, acompanhadas dos documentos listados abaixo, todos emitidos em observância aos princípios fundamentais e das normas brasileiras de contabilidade.

Fernando Sperb
Presidente

Documentos Apresentados:

- Parecer e Relatório dos Auditores Externos Independentes
- Demonstrações Financeiras 2021-2020
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração dos Resultados
 - Demonstração do Resultado Abrangente
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 - Demonstração dos Fluxos de caixa
 - Nota Explicativa às demonstrações Financeiras
- Certidões Regularidade Fiscal

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021 E 2020**

CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA DE
HIPISMO





CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Diretores
Confederação Brasileira de Hipismo
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial para as Entidade Desportiva Profissional ITG-2003; Entidades Sem Fins Lucrativos ITG-2002; e a NBC-TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO – CBH**, conforme mencionado na nota 16, ainda não obteve aprovação definitiva de todas as prestações de contas referentes aos convênios e repasses de recursos que financiaram os projetos da Entidade em anos anteriores, ainda em análise pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a análise da prestação de contas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão destas análises. Não estamos considerando a pendência das aprovações das prestações de contas para fins de ressalvas em nosso parecer.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO - CBH** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós auditadas, com emissão de relatório em 11 de Março de 2021, com ênfase referente a prestações de contas pendente de aprovação definitiva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades do setor público, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2022.



INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 – CNAI 6519
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Balancos Patrimoniais
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante:		
Caixa	11.632	12.227	Fornecedores Nacionais	133.323	386.623
Bancos	283.728	301.044	Fornecedores Internacionais	167.008	219.087
Aplicações Financeiras	1.915.561	2.505.574	Obrigações com Pessoal	130.300	92.664
Total do ativo circulante	<u>2.210.920</u>	<u>2.818.845</u>	Obrigações Trabalhistas	86.946	86.274
Não Circulante:			Impostos a Recolher	44.903	48.292
Parcelamento	10.798	20.798	Contribuições a Recolher	925	867
Mensalidades	11.132	9.000	Recursos Públicos	1.264.769	711.639
Créditos em Atraso	49.965	49.965	Recursos de Terceiros	19.657	154.247
Clientes a Receber	125.529	38.875	Total do passivo circulante	<u>1.847.830</u>	<u>1.699.692</u>
Impostos a Recuperar	0	22.913	Patrimônio social:		
Adiantamento a Terceiros	1.500	1.500	Patrimônio Próprio	309.065	309.065
Adiantamento a Funcionários	5.707	3.800	Superávit acumulado	1.235.922	964.095
Bens Móveis	624.915	620.459	Déficit Acumulado	-351.389	-351.389
Imóveis	366.244	366.244	Reavaliação de Anos Anteriores	-74.058	323.610
Depreciação Acumulada	-754.812	-735.499	Resultado do Exercício	-315.472	271.827
Total do ativo não circulante	<u>440.977</u>	<u>398.054</u>		<u>804.067</u>	<u>1.517.207</u>
TOTAL ATIVO	<u>2.651.898</u>	<u>3.216.899</u>	TOTAL PASSIVO	<u>2.651.898</u>	<u>3.216.899</u>

ROGERIO NUNES
SANTOS:028154507
39

Assinado de forma digital por
ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2022.04.06 11:39:35 -03'00'

PLINIO SOARES
JUNIOR

Assinado de forma digital por PLINIO SOARES JUNIOR
Dados: 2022.04.06 22:03:59 -03'00'



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstrações dos Resultados
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Recursos COB	4.706.939	3.474.283
Recursos para Manutenção	610.476	500.857
Recursos Preparação Técnica	978.782	988.463
Recursos para Fomento	3.017.681	1.785.117
Recurso Extraordinário	100.000	199.846
Recursos CPB	1.568.040	1.156.500
Recursos para Manutenção	607.203	514.498
Recursos para Esporte	960.837	642.002
Recursos Próprios	2.426.306	1.970.100
Atletas	237.934	229.957
Animais	1.270.899	1.144.587
Taxas Realização de Concursos	758.293	381.414
Mensalidades das Federações	159.179	214.141
Recursos de Terceiros	89.088	63.559
Receitas de Representação	-	515
Receitas Multa STJDHB	5.000	2.530
Receitas Diversas	84.088	60.515
Superávit Bruto	8.790.373	6.664.441
Despesas Esportivas	3.931.794	1.959.746
Estrutura Esportiva	1.357.599	595.331
Premiação Eventos	200.123	123.321
Inscrições Eventos	120.215	111.770
Outras Despesas Eventos	2.253.856	1.129.324
Despesas Operacionais Esportivas	2.120.885	1.861.425
Atletas	786.419	475.742
Animais	93.969	82.531
Eventos	1.095.609	997.356
Entidades	144.888	305.796
Despesas com Pessoal	1.485.169	1.378.682
Despesas com Empregados	1.256.325	1.166.170
Despesas Sociais	228.844	212.513
Despesas Operacionais	1.566.663	1.078.565
Despesas Gerais	1.097.377	678.083
Despesas com Terceiros	306.108	254.332
Despesas com Viagens	76.353	100.848
Resultado Financeiro Líquido	16.119	21.097
Despesas Tributárias	70.706	24.206
Despesas não Operacionais	1.335	114.196
Despesas Exercício Anterior	735	114.196
DESPESAS ORIGINADAS PELOS PROJETOS	600	-
Total das Despesas	9.105.845	6.392.614
Superávit do exercício	(315.472)	271.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstrações dos Resultados Abrangente
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	(315.472)	271.827
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do superávit abrangente do exercício	(315.472)	271.827

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES
SANTOS:028154
50739

Assinado de forma digital
por ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2022.04.06
11:41:42 -03'00'

PLINIO SOARES
JUNIOR

Assinado de forma
digital por PLINIO
SOARES JUNIOR
Dados: 2022.04.06
22:10:07 -03'00'



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	921.771	-	921.771
Reavaliação de Anos Anteriores	323.610		323.610
Superávit do exercício	-	271.827	271.827
Incorporação do superávit do exercício	271.827	(271.827)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.517.208	-	1.517.208
Reavaliação de Anos Anteriores	(397.668)		(397.668)
Déficit do exercício	-	(315.472)	(315.472)
Incorporação do déficit do exercício	(315.472)	315.472	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.067	-	804.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES
SANTOS:0281545
0739

Assinado de forma digital por
ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2022.04.06 11:41:07
-03'00'

PLINIO SOARES
JUNIOR

Assinado de forma digital
por PLINIO SOARES JUNIOR
Dados: 2022.04.06 22:05:48
-03'00'



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	(296.159)	293.402
Déficit / Superávit do exercício	(315.472)	271.827
Depreciações e amortizações	19.313	21.575
Variações nos ativos e passivos operacionais	680.371	(391.523)
Títulos e valores mobiliários	590.013	98.005
Contas a receber	(78.787)	165.027
Ativos não circulantes	21.006	(21.905)
Recursos de projetos em execução	418.540	(653.159)
Fornecedores	(305.379)	(18.172)
Salários e encargos sociais	38.309	(1.726)
Obrigações tributárias	(3.331)	40.408
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	384.212	(98.121)
Fluxo de Caixa das atividades investimentos		-
Aquisição de imobilizado	(4.456)	
Ajuste de Exercícios Anteriores	(397.668)	
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento	(402.124)	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(17.912)	(98.121)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	313.271	411.393
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	295.359	313.271
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(17.912)	(98.121)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450
739

Assinado de forma digital por
ROGERIO NUNES
SANTOS:02815450739
Dados: 2022.04.06 11:40:19
-03'00'

PLINIO SOARES
JUNIOR

Assinado de forma digital
por PLINIO SOARES JUNIOR
Dados: 2022.04.06 22:08:40
-03'00'



1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Hipismo ("CBH" ou "entidade") é entidade integrante do Sistema Desportivo Nacional, sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver e difundir o esporte equestre no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar, supervisionar, administrar, dirigir, assim como representar o hipismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais, acompanhar o desempenho e atuação das seguintes federações filiadas diretamente à CBH:

1. Federação Amazonense de Hipismo	FAHI
2. Federação Catarinense de Hipismo	FCH
3. Federação de Esportes Equestres do Maranhão	FEEM
4. Federação Equestre de Alagoas	FEA
5. Federação Equestre de Pernambuco	FEP
6. Federação Equestre do Ceará	FEC
7. Federação Equestre do Pará	FEEP
8. Federação Equestre do Rio de Janeiro	FEERJ
9. Federação Equestre Paraibana	FEPA
10. Federação Gaúcha de Esportes Equestres	FGEE
11. Federação Hípica da Bahia	FHB
12. Federação Hípica de Brasília	FHBr
13. Federação Hípica de Goiás	FEHGO
14. Federação Hípica de Minas Gerais	FHMG
15. Federação Hípica de Sergipe	FHS
16. Federação Hípica do Espírito Santo	FHES
17. Federação Hípica do Mato Grosso	FHIMT
18. Federação Paranaense de Hipismo	FPrH
19. Federação Paulista de Hipismo	FPH
20. Federação Sul Matogrossense de Hipismo	FSMH
21. Federação Norteriograndense de Hipismo	FHRGH

Temos ainda como entidades vinculadas à CBH:

1. Comissão do Desporto do Exército	CDE
2. Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo	ABCCH

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 23 de dezembro de 2021, foi eleito como Presidente o Sr. Fernando Sperb e Vice-Presidente a Sra. Bárbara Lafranchi, para o quadriênio de 2021-2024.



1.1. Atividades da CBH

A Confederação Brasileira de Hipismo - CBH tem por objetivo a promoção do esporte equestre no Brasil por meio de implementação de projetos e eventos esportivos, com representação em todo o território nacional através das Federações Regionais que lhes são filiadas. Fora do país, a CBH participa de competições representando o Brasil nas 9 modalidades desenvolvidas no país.

A CBH é filiada ao Comitê Olímpico do Brasil - COB, ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e às entidades internacionais Federação Equestre Internacional - FEI e Confederação Equestre Pan Americana - PAEC.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CBH são submetidos formalmente ao COB e CPB para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBH submete as prestações de contas de cada um dos projetos para aprovação.

Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, ou mesmo, no caso de não utilização dos recursos depositados, na ocasião das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos às entidades, atualizados monetariamente.

Os apoios técnico-financeiros ocorrem por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

O COB possui regulamentos a partir dos quais as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas de projetos de fomento;
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto;
- (iii) Formação de recursos humanos;
- (iv) Preparação técnica;
- (v) Remuneração de Dirigentes Estatutários;
- (vi) Manutenção de atletas;
- (vii) Participação em eventos esportivos.



A CBH possui todas as certificações e certidões necessárias para a manutenção dos repasses originários da Lei Agnelo Piva bem como de convênios, valores estes de suma importância para a manutenção do hipismo brasileiro. Vale ressaltar que a definição das verbas advindas da Lei Agnelo Piva terá com peso importante as práticas de Gestão da CBH, que hoje são analisadas mensalmente através de reporte ao COB e CPB.

1.2. Aspectos Técnicos da CBH

A CBH encarrega-se da aprovação e acompanhamento técnico dos Concursos e Campeonatos que consta do seu calendário oficial. A gestão na aprovação do calendário sugere que, pelo menos, cada região brasileira receba uma competição oficial, a aprovação do calendário fica a cargo do Conselho de Administração. Além disso, é sua tarefa acompanhar e supervisionar os atletas brasileiros que participam de provas qualificativas ou seletivas para a participação das equipes brasileiras nos campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos, Americanos, Copa das Nações, Mundial, Olimpíadas e Paraolimpíadas, em todas as suas modalidades e categorias. A CBH é responsável por todo o trabalho técnico e logístico relacionado à participação das equipes brasileiras nos campeonatos citados.

O processo de saneamento da CBH e as prestações de contas junto à Secretaria Especial dos Esportes do Ministério da Cidadania ainda requer atenção e preocupação para sanarmos os passivos da instituição. O acompanhamento de processo junto ao Tribunal de Contas da União no cumprimento do termo de acordo firmado em 2018, fortaleceu todas as ações implementadas. Temos o valor de R\$ 485.452,21, relativo à glosa na prestação de contas relativo ao projeto SICONV Convênio 777.902/2012 junto à Secretaria Especial do Esporte conforme Ofício N° 926/2021 que teve como objeto “Financiar o primeiro ano de preparação da Seleção Brasileira Permanente da modalidade Concurso Completo de Equitação (CCE)”, devidamente provisionado em nossas demonstrações contábeis já assegurados por nosso ativo disponível, outros valores ainda poderão ser objetos de cobrança.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90, para isto suas mantem as suas receitas oriundas do exercício de sua atividade fim.

1.3. Aspectos fiscais

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da CBH estão apresentados a seguir:



Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- ✓ Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- ✓ Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- ✓ Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- ✓ Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- ✓ Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- ✓ Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso presente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

(ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

A CBH, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(iii) Renúncia Fiscal

A Administração da Entidade avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido propiciam a CBH, concluindo este tema como impraticável.

Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social



sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

A presente demonstração contábil será submetida para aprovação pelo Conselho de Administração após a apresentação ao presidente da CBH.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Confederação, inclusive as notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (CPC PME) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.



3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado, caixa restrito e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros, conseqüentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos serem de responsabilidade do Ministério da Cidadania, COB e CPB estes título e valores mobiliários estão sendo classificado como caixa restrito.

3.4. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Regionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante, além de taxas e serviços prestados pela CBH.

Conforme política de contas a receber, os valores vencidos a mais de 180 dias, sem que ocorram negociações, são transferidos para conta específica.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

3.5. Imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Confederação, registrado pelo seu custo histórico de aquisição deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens tendo o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.



3.6. Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas aplicáveis.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

3.8. Provisões para contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face às prováveis perdas decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus assessores jurídicos com relação à expectativa de êxito de cada processo, assim a Confederação, por não possuir nenhuma causa jurídica com prognóstico de perda provável, não efetuou nenhum registro. Foram realizadas provisões de processos administrativos cujos valores já foram identificados e que estão em fase de comprovação para efetuar os respectivos pagamentos.

3.9. Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal são registrados em contas correntes individuais e específicas em contrapartida a conta de recebimento de recursos públicos (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente, baixando-se contabilmente a obrigação registrada.

Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a prestação de contas pela Confederação ainda estão em processo de análise pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão das análises das prestações de contas em aberto, valores estes que estão sendo considerados como despesas no ato da devolução dos recursos.



3.10. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, a Confederação contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesas gerais e administrativas, obedecendo ao regime de competência.

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.12. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a entidade use julgamento na determinação e registro das estimativas contábeis. A CBH revisa as estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos disponíveis	295.359	308.202
Total	295.359	308.202

O saldo de bancos está representado basicamente por saldos em contas bancárias referentes aos recursos próprios, originados para as atividades próprias da Entidade, mantidos em contas correntes exclusivas para este fim junto ao Banco do Brasil, cuja intenção de resgate não excede 90 dias.



5. Títulos e Valores Mobiliários

	2021	2020
Fundo de investimento de renda fixa	1.255.934	1.355.469
Títulos de capitalização – Ourocap	6.000	43.313
Certificado de depósito bancário	-	-
Total	1.231.934	1.398.782

As aplicações financeiras referem-se à Fundos de Investimento de Renda Fixa, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Títulos de Capitalização contratados junto a entidades financeiras de primeira linha e possuem liquidez imediata, sendo remuneradas essencialmente com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Títulos e Valores Mobiliários Restritos

Os recursos apresentados nessa rubrica são recursos com destinação específica para projetos vinculados a Convênios juntos ao Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e Secretaria Especial do Esporte (SEE) cuja a utilização é restrita e destinada apenas para custeio dos respectivos projetos vinculados. Destacamos que os valores originados da MC-SEE se referem a convênios relativos ao período de 2009 a 2015, que se encontram em fase de análise da prestação de contas por parte da SEE, por determinação da CGU em virtude de fiscalização realizada na CBH no ano de 2015.

	2021	2020
Banco conta movimento	892	5.069
Fundo de investimento de renda fixa	1.263.876	1.106.792
Total	1.264.768	1.111.861

7. Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelas mensalidades correntes, parcelamentos de recebíveis relacionados a confissões de dívidas negociadas com as Federações regionais, recebíveis em atrasos e de taxas e serviços prestados pela CBH.

	2021	2020
Ativo circulante		
Mensalidades	11.132	9.000
Parcelamentos	10.798	20.798



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Clientes em Atraso ^(a)	49.965	49.965
Clientes a receber	125.529	38.875
Impostos a Recuperar	<u>-</u>	<u>22.913</u>
Total	<u>197.424</u>	<u>141.551</u>

A composição dos valores das contas a receber, excluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa que não houve movimentação, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A Vencer	50.502	45.920
Vencidos até 30 dias	0	2.716
Vencidos de 31 a 60 dias	0	257
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0
Vencidos de 91 a 180 dias	0	0
Vencidos acima de 180 dias	49.965	65.741
Total	<u>100.467</u>	<u>114.633</u>

A diferença de R\$ 4.005 (em Francos Suíços 848,15) em relação aos valores a receber refere-se à crédito junto a Federação Equestre Internacional relativo aos eventos cancelados em 2020 que será compensado em taxas para o ano 2021.

8. Imobilizado

A Confederação revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. A CBH entendeu que as vidas úteis utilizadas nos exercícios de 2021 e de 2020 representam adequadamente as vidas úteis econômicas de seus bens e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas, não identificando assim indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seu imobilizado.

	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>2021</u>
Custo					
Edificações/terrenos	366.244	-	-	-	366.244
Móveis e utensílios	149.547	-	-	-	149.547
Computadores e periféricos	379.166	4.456	-	-	386.622
Instalações comerciais	29.200	-	-	-	29.200
Máquinas e equipamentos	48.231	-	-	-	48.231
Outros	14.315	-	-	-	14.315
Total	<u>986.703</u>	-	-	-	<u>991.159</u>



	Taxas anuais depreciação	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
	(%)					
Depreciação						
Edificações	2%	(188.233)	(4.545)	-	-	(192.779)
Móveis e utensílios	10%	(139.189)	(578)	-	-	(139.767)
Computadores e periféricos	20%	(337.296)	(14.190)	-	-	(351.486)
Instalações comerciais	20%	(29.200)	-	-	-	(29.200)
Máquinas e equipamentos	10%	(27.266)	-	-	-	(27.266)
Outros	-	(14.315)	-	-	-	(14.315)
Total		(735.499)				(754.812)
Saldo líquido		251.204				236.346

9. Intangível (Software)

	2020	Adições	Transferência	2021	
Custo:					
Software	187.827	-	-	187.827	
Total:	187.827			187.827	
	Taxas anuais amortização (%)	2020	Adições	Transferência	2021
Amortização					
Software	20%	(187.827)	-	-	(187.827)
Total		(187.827)			(187.827)
Saldo líquido		0			0

10. Fornecedores

	2021	2020
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	37.149	68.795
Eventos	170.909	453.480
Fornecedores	92.273	83.434
Total	300.331	605.709



Fornecedores Nacionais	133.323	386.623
Fornecedores Internacionais	167.008	219.087
Total	300.331	605.709

11. Salários e Encargos Sociais

	2021	2020
Obrigações com Pessoal (a)	130.300	92.664
Obrigações Trabalhistas	86.946	86.274
Impostos a Recolher	44.903	48.292
Contribuições a Recolher	924	867
Pensão alimentícia	0	0
Total	263.074	228.096

(a) O aumento comparado ao ano de 2020 é referente à despesa de Obrigação com pessoal, refere-se ao desligamento de uma colaboradora com 31 anos de trabalho, cuja verba rescisória foi paga através do recurso do Comitê Paralímpico.

12. Recursos de Terceiros

Os recursos classificados como “recursos de terceiros”, são relativos a valores pagos individualmente por atleta, ou seja, pessoas físicas, para custear suas despesas em eventos (campeonato), mas que tem como intermediária a Confederação Brasileira de Hipismo, que a partir de 2019 passa a ser contabilizado como passivo.

Entendemos que não se trata de uma Receita da Confederação, por não configurar um patrocínio, doação, bilheteria, ou outro tipo de receita prevista pela ITG 2003 (Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Desportiva Profissional), e sim recursos de terceiros (ITG 2002 - Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Sem Fins Lucrativos), e nesse caso se configura um Passivo por se tratar da intermediação de pagamento de despesas previamente orçadas, rateadas e suportadas pelos atletas que aceitarem ou tiverem condições de participar do evento (campeonato), tendo como contrapartida uma conta bancária segregada no Ativo, apenas para esse fim. Em Julho de 2021 conforme ofício 154/21 foi decidido pelo conselho de administração, a restituição do saldo remanescente de R\$ 154.247,00, de forma rateada igualmente para os 47 atletas, por intermédio de seus responsáveis. Diante disso, seguimos com o crédito em conta no valor de R\$ 3.281,85 (três mil reais duzentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) para cada atleta/responsável.

	2021	2020
Campeonato Sul Americano - Juventude	19.657	154.247
Total	19.657^(a)	154.247

(a) O saldo remanescente não foi solicitado pelos responsáveis dos atletas e a CBH está buscando entrar em contato para a finalização da devolução.



13. Recursos de Projetos em Execução

Os recursos recebidos referem-se basicamente aos recursos restritos do COB e CPB para serem realizados nos projetos em período de execução ou em fase de prestação de contas. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo remanescente e não utilizado se encontra aplicado em conta restrita e mantido para utilização ou devolução ao respectivo órgão repassador.

	Em Reais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.350.102
Referente 2020:	
Recursos recebidos	5.383.973
Recursos por antecipação -saldo	0
Rendimento auferidos	12.238
Recursos devolvidos/Reutilizados	(753.190)
Recurso Provisionado Fornecedor	(400.222)
Recursos utilizados	(3.130.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.111.861
Referente 2021:	
Recursos recebidos	7.694.472
Recursos por antecipação – saldo	0
Rendimento auferidos	32.619
Recursos devolvidos/Reutilizados	(1.519.493)
Recursos utilizados	(4.942.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.264.769

14. Provisões para Processos Judiciais

Em 2018, CBH foi excluída dos autos conforme Acórdão N° 1848/2018 – TCU-Plenária de 2 (dois) processos que ainda transitam no Tribunal de Contas da União onde ainda figuram como réus o Gestor à época, colaboradores e fornecedores, são eles:

- (i) Auditoria piloto pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” para verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva);
- (ii) Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” instaurada por determinação do item 9.1 do acórdão 931/2016-TCU-Plenário referente as razões de justificativa das ocorrências verificadas no relatório de auditoria precitado



(i), relacionado a irregularidades na aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva) pela Entidade;

A CBH consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos declara que os processos acompanhados pelos escritórios em que a CBH em parte, são de natureza judicial ou administrativa, tendo em 31/12/2021 as situações abaixo descritas:

- (i) Para os processos que não possui natureza judicial, mas, sim, administrativa – em trâmite no Tribunal de Contas da União, temos a seguinte posição.

Processo nº 017.107/2015-6

Andamento (atualizado) do processo: Fase recursal. Aguardando julgamento dos pedidos de reexame formulado pela Confederação Brasileira de Hipismo e por outros responsáveis.

Estimativa de probabilidade de perda da causa: Possível

Processo nº 020.951/2020-5

Andamento (atualizado) do processo: sobrestado o presente processo, com fundamento no art. 11, caput, da Lei 8.443/92, c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU, até que a Corte de Contas aprecie definitivamente o pedido de reexame impetrado no processo 017.107/2015-6.

Estimativa de probabilidade de perda da causa: Possível

Processo nº 013.106/2016-3

Andamento (atualizado) do processo: Fase recursal. Julgados Pedidos de Reexame formulados pelos responsáveis.

Estimativa de probabilidade de perda da causa: Possível

15. Patrimônio Social

Os resultados (superávits ou déficit) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas do Conselho de Administração, e em linha com a resolução CFC Nº 1409/12.

No exercício de 2021 foi apropriado respectivamente ao patrimônio social da Entidade um superávit de R\$ 271.827, em 2021 um déficit de R\$ 315.472.



16. Receita Operacional Líquida

As receitas do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro são aprovadas com base em regras de distribuição de recursos entre as Confederações Olímpicas e Paraolímpicas. Os recursos são registrados em contas correntes individuais e específicas por ano.

A CBH ainda não obteve aprovação definitiva de todas as prestações de contas referentes aos convênios e repasses de recursos que financiaram os projetos da Entidade em anos anteriores, ainda em análise pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a análise da prestação de contas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão destas análises. Em outubro de 2021 recebemos através do COB, a importância de R\$ 100.000,00 identificada como Programa de Apoio Financeiro as ENADs (Entidades Nacionais de Administração do Desporto) tendo como finalidade os pagamentos de contratos já firmados pela CBH(i).

A receita de recursos próprios advém de taxas de concursos, mensalidades, registros, emissão de selos e passaportes de equinos, dentre outras. Ainda em Recursos Próprios são contabilizados os valores recebidos de atletas para repasse à Federação Equestre Internacional.

	2021	2020
Recursos públicos (receita com restrição)		
Recursos do Comitê Olímpico do Brasil (i)	6.017.311	4.032.343
Recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro	2.166.556	1.351.630
Devolução de Recursos	(1.523.280)	(558.060)
(-) Reversões	0	(195.130)
Verbas Extraordinárias/Ano Anterior - COB	100.000	0
Total receita com restrição	6.274.979	4.630.783
Recursos próprios		
Recursos Ordinários	2.426.306	1.970.100
Recursos de Terceiros	89.088	63.559
Total receita sem restrição	2.515.394	2.033.659
Receita Operacional Líquida	8.790.373	6.664.422



17. Custo Operacional

Estas despesas estão segregadas entre a atividade fim e atividade meio da organização

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Eventos Esportivos	(3.931.794)	(1.959.746)
Despesas Operacionais Esportivas	<u>(2.120.885)</u>	<u>(1.861.425)</u>
Total	<u>(6.052.679)</u>	<u>(3.821.171)</u>
Despesas com Empregados	(1.256.325)	(1.166.170)
Despesas Sociais	(228.844)	(212.513)
Total	<u>(1.485.169)</u>	<u>(1.378.683)</u>
Despesa Com Pessoal Líquida	<u>(7.537.848)</u>	<u>(5.199.854)</u>

18. Despesas Gerais e Administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas Gerais	(1.097.376)	(678.083)
Despesas com Terceiros	(306.108)	(254.332)
Despesas com Viagens	(76.353)	(100.848)
Despesas não operacionais	(1.335)	(114.196)
Total	<u>(1.481.173)</u>	<u>(1.147.459)</u>

19. Resultado Financeiro Líquido

Expressa os rendimentos oriundos da aplicação de recursos classificados como restrito e próprios deduzidos do imposto de renda pagos em operações de câmbio e aplicações financeiras.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	37.395	31.121
Total de receitas financeiras	<u>37.395</u>	<u>31.121</u>
Despesas financeiras		
Despesas Financeiras	(53.515)	(52.218)
Total de despesas financeiras	<u>(53.515)</u>	<u>(52.218)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(16.119)</u>	<u>(21.097)</u>



20. Resultado por Natureza

A Confederação apresentou a demonstração do superávit do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em finalidade. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do déficit do exercício são apresentadas a seguir:

Classificação	2021	2020
Custos com eventos esportivos	(6.052.679)	(3.821.170)
Despesas com Pessoal	(1.485.169)	(1.378.682)
Despesas Administrativas	(1.479.838)	(1.033.262)
Despesas Financeiras e Tributárias	(53.515)	(45.303)
Despesas não operacionais	(1.335)	(114.196)
Total	(9.072.536)	(6.392.614)

21. Cobertura de Seguros

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, assim como para terceiros quando em viagens para prestação de serviços.

22. Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os saldos de contas a receber, em 31 de dezembro de 2021, apresentou uma redução nos saldos de parcelamentos, referentes a créditos em atraso devido à quitação da grande maioria em virtude da manutenção da regularizada para participação da Assembleia eletiva realizada, também é composto por saldos de mensalidades, taxas de concursos e outros serviços, que devido à pandemia teve uma redução em seus valores divulgada através do Caderno de Encargos da CBH.

No ano de 2021, conforme destacado anteriormente as entidades fizeram o esforço para quitação de todos os débitos a fim de participar da assembleia eletiva.

Receitas de Mensalidades	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Passivo	Receita
Federações						
São Paulo	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405
Brasília	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405
Rio de Janeiro	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405
Minas Gerais	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405
Rio Grande do Sul		-	12.324		-	15.405
Bahia	-	-	10.434	-	-	13.043
Pernambuco	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405
Paraná	1.027	-	11.297	-	-	15.405
Santa Catarina	1.027	-	12.324	1.027	-	15.405



Receitas de Mensalidades	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Passivo	Receita
Paraíba	236	-	2.832	236	-	3.540
Ceará	710,5	-	8.526	710,5	-	10.658
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
Alagoas	394,5	-	4.734	394,5	-	5.918
Mato Grosso do Sul	710,5	-	7.815	-	-	10.658
Goiás	394,5	-	4.734	394,5	-	5.918
Amazonas	394,5	-	4.339	-	-	5.918
Maranhão	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	236	-	2.832	236	-	3.540
Pará	-	-	2.832	-	-	5.601
Sergipe	394,5	-	4.734	394,5	-	5.601
Espírito Santo	236	-	2.832	236	-	3.540
Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo	236	-	2.832	236	-	4.327
Total	11.132	-	157.042	9.000	-	201.498

Parcelamentos Curto Prazo Federações	2021	2020
Alagoas	5.798	5.798
Paraibana	5.000	15.000
Total	10.798	20.798

23. Instrumentos Financeiros

(i) Riscos de instrumentos financeiros

O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. A CBH tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e, a entidade apresenta aplicações financeiras em instituições financeiras consideradas como de primeira linha.



- (ii) **Categorização e valorização de instrumentos financeiros**
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.
- (iii) **Derivativos**
A Confederação não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2021 e de 2020.

24. Compromissos e Outras Obrigações

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

25. Trabalho Voluntário

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

26. Eventos Subsequentes

A Administração avalia a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.